



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EDIÇÃO EXTRA



Órgão Oficial do Município

Dia 29 de Outubro de 2021  
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XV

Nº 2231



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1738, DE 26 DE OUTUBRO DE 2021.

*"Concede a denominação de Maurício Zenzo Ide à Sala de Raio X do Hospital Municipal de Monte Carmelo."*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica denominado de Maurício Zenzo Ide, a Sala de Raio X do Hospital Municipal, nesta cidade de Monte Carmelo-MG.

**Art. 2º** Fica a Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, através de seu departamento competente, encarregada de fazer o emplantamento com o nome concedido à Sala de Raio X, regulamentado por esta Lei.

**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 26 de outubro de 2021.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1739, DE 26 DE OUTUBRO DE 2021.

*"Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a(o) Caixa Econômica Federal - CEF, com ou sem a garantia da União e dá outras providências".*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto à(o) Caixa Econômica Federal - CEF, com ou sem a garantia da União, até o valor de R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), no âmbito do PROGRAMA FINISA - Financiamento para Infraestrutura e Saneamento, destinados à aplicação em despesa de capital no Município de Monte Carmelo-MG, observada a legislação vigente, em especial às disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 2º** Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia da operação de crédito de que trata esta Lei, as cotas de repartição constitucional, do Imposto de Circulação de Mercadorias - ICMS e/ou Fundo de Participação dos Municípios - FPM, nos termos do Inciso IV do artigo 167 da Constituição Federal, até o limite suficiente para o pagamento das prestações e demais encargos decorrentes desta Lei ou autorizado a vincular como contragarantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretroatável, a modo "pro solvendo", as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alíneas "b", "d" e "e", complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 156, nos termos do §4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

**Art. 3º** Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 4º** Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as

dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo 1º desta Lei.

**Art. 5º** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

**Art. 6º** Fica revogada a Lei nº 1704, de 02 de agosto de 2021.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 26 de outubro de 2021.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1740, DE 26 DE OUTUBRO DE 2021.

*"Autoriza a abertura de Crédito Especial na forma que especifica e dá outras providências".*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial, no orçamento do Município no valor de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), visando à criação de novas dotações orçamentárias, conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	02 - Prefeitura Municipal		
Unidade	60 - Sec. Munic. Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais		
Subunidade	03 - Departamento de Obras		
Função	15 - Urbanismo		
Subfunção	451 - Infraestrutura Urbana		
Programa	4035 - Investimento em Infraestrutura para o Desenvolvimento		
Projeto/Atividades	1.500 - Realização de Obras de Infraestrutura Urbana		
Elemento	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações	Fonte Recursos: 190 - Operações de crédito Internas	Valor R\$15.000.000,00
Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	02 - Prefeitura Municipal		
Unidade	60 - Sec. Munic. Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais		
Subunidade	03 - Departamento de Obras		
Função	27 - Desporto e Lazer		
Subfunção	812 - Desporto Comunitário		
Programa	4075 - Desporto e Lazer para desenvolver o Cidadão		
Projeto/Atividades	1.497 - Reforma e ampliação do Ginásio Camilo Machado de Miranda (Camilão)		
Elemento	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações	Fonte Recursos: 190 - Operações de crédito Internas	Valor R\$1.000.000,00
Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	02 - Prefeitura Municipal		
Unidade	01 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Governo, Inovação e Turismo		
Subunidade	04 - Departamento de Governo		
Função	04 - Administração		
Subfunção	121 - Planejamento e Orçamento		
Programa	4001 - Governo para todos com responsabilidade, eficiência e transparência		
Projeto/Atividades	1.495 - Geoprocessamento - Atualização do Cadastro Mobiliário/Imobiliário Multiterritorial		
Elemento	4.4.90.39.00.00 - Outros Serviços de Pessoa Jurídica	Fonte Recursos: 190 - Operações de crédito Internas	Valor R\$2.000.000,00

**Total: R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais).**

**Art. 2º** Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei serão utilizados como fonte de recursos Operações de Crédito Internas: **Fonte de Recursos: 190 - Operações de Crédito Internas.**

**Art. 3º** Ficam incluídos nos Programas 4035 - Investimento em Infraestrutura para o Desenvolvimento, 4075 - Desporto e Lazer para desenvolver o Cidadão e 4001 - Governo para todos com

responsabilidade, eficiência e transparência no PPA do Município de Monte Carmelo para 2018-2021 as ações orçamentárias (Projetos/Atividades) citadas no art. 1º desta Lei, conforme determina no art. 3º da Lei n.º 1414, de 13 de dezembro de 2017.

**Art. 4º** Fica o Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2021, Lei Municipal nº 1614, de 23 de junho de 2020, os seguintes Projeto/Atividade:

- I. 1.500 - Realização de Obras de Infraestrutura Urbana;
- II. 1.497 - Reforma e ampliação do Ginásio Camilo Machado de Miranda (Camilão);
- III. 1.495 - Geoprocessamento – Atualização do Cadastro Mobiliário/Imobiliário Multifinalitário.

**Art. 5º** Fica revogada a Lei nº 1706, de 02 de agosto de 2021.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 26 de outubro de 2021.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**DECRETO Nº 2470, DE 28 DE OUTUBRO 2021.**

*“Dispõe sobre o retorno às atividades escolares regulares nas unidades de ensino da Educação Escolar Básica do Ensino Infantil, Fundamental, EJA, Médio e Técnico da rede pública ou privada do Município de Monte Carmelo/MG, enquanto durar o estado de Calamidade Pública, e dá outras providências.”*

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE CARMELO, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 70, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações municipais,

**CONSIDERANDO** que a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

**CONSIDERANDO** que o Município de Monte Carmelo aderiu ao Programa Minas Consciente, do Governo do Estado de Minas Gerais, por meio do Decreto 2307, de 07 de agosto de 2020;

**CONSIDERANDO** que a Deliberação nº 189, de 22 de outubro de 2021, do Comitê Extraordinário COVID-19, dispõe sobre o retorno às atividades escolares regulares nas unidades de ensino que especifica, enquanto durar o estado de CALAMIDADE PÚBLICA em todo o território do Estado;

**CONSIDERANDO** que referida Deliberação autorizou o retorno das atividades presenciais da rede pública estadual de ensino infantil, fundamental e médio, incluído o técnico, a serem realizadas de forma presencial, com retorno obrigatório dos estudantes;

**CONSIDERANDO** que a macrorregião Triângulo do Norte e Microrregião Patrocínio/Monte Carmelo encontram-se na onda verde do Plano Minas Consciente, conforme Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 188, de 21 de outubro de 2021;

**CONSIDERANDO** a queda na taxa de incidência de casos positivos de Covid-19 no âmbito do Município de Monte Carmelo/MG;

**CONSIDERANDO** que a vacinação contra a Covid-19, encontra-se em fase adiantada no Município de Monte Carmelo, conforme cronograma da equipe de Epidemiologia do Município;

**CONSIDERANDO** as orientações emitidas pelo Ministério da Educação – MEC, para as ações de enfrentamento à Covid-19;

**CONSIDERANDO** que o direito à educação é uma das garantias constitucionais e ainda o excepcional interesse público, nos moldes do artigo 37, IX da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que as instalações físicas do Centro Educacional Municipal de Ensino Infantil – EMEI José Gonçalves de Souza, encontram-se em reforma e os alunos estão cumprindo sua carga horária no prédio da APAE até a finalização das obras;

**CONSIDERANDO** a Resolução SME nº 06, de 28 de outubro de 2021 da Secretaria Municipal de Educação que dispõe sobre o funcionamento do ensino presencial na Rede Municipal de Ensino e revoga as Resoluções SMEC nº 03, de 19 de abril de 2021 e SMEC nº 5, de 17 de agosto de 2021, e dá outras providências;

**DECRETA:**

**Art. 1º** As atividades escolares regulares nas unidades de ensino da Educação Escolar Básica do ensino infantil, fundamental, EJA, médio e técnico da rede pública ou privada do Município de Monte Carmelo/MG, serão realizadas de forma presencial e obrigatória aos alunos a partir do dia 03 de novembro de 2021, com exceção dos alunos pertencentes ao grupo de risco para a COVID-19.

**§1º** A educação infantil de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos continuará no formato híbrido.

**§2º** A frequência nas atividades escolares presenciais dos estudantes comprovadamente pertencentes ao grupo de risco para a COVID-19, não será obrigatória, sendo a carga horária obrigatória computada por meio dos Planos de Estudo Tutorados.

**Art. 2º** O Gestor Escolar deverá informar às famílias sobre a obrigatoriedade do ensino presencial.

**Art. 3º** As creches e os Centros Educacionais Infantis – CEI's retornarão em período integral.

**Parágrafo único.** No Centro Educacional Municipal de Ensino Infantil – EMEI José Gonçalves de Souza, haverá o revezamento dos alunos, a ser organizado pela gestora escolar, de forma a não acarretar nenhum prejuízo educacional aos alunos.

**Art. 4º** As unidades de ensino devem seguir todas as medidas sanitárias previstas nos Protocolos Sanitários e Resoluções vigentes, devendo comunicar as unidades de saúde e a Secretaria Municipal de Educação, casos de alunos, pais e/ou responsáveis que apresentem sintomas relacionados com a COVID-19.

**Art. 5º** Revoga-se o Decreto nº 2449, de 29 de julho de 2021.

**Art. 6º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 28 de outubro de 2021.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**RESOLUÇÃO SME Nº 06, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021**

*Dispõe sobre o funcionamento do ensino presencial na rede municipal de ensino e revoga as Resoluções SME nºs 03/2021, de 19 de abril de 2021 e 05/2021, de 17 de agosto de 2021, e dá outras providências.*

**A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO**, no uso de suas atribuições, conforme disposto no § 1º, inciso III do art. 93 da Constituição Estadual, o § 2º do art. 23 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), e;

**CONSIDERANDO** a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 189, de 22 de outubro de 2021, que dispõe sobre a autorização do retorno seguro das atividades presenciais nas unidades de ensino que especifica, enquanto durar o estado de calamidade pública em todo o território do Estado;

**CONSIDERANDO** a Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado, alterada pela Lei nº 14.218, de 13 de outubro de 2021, reconhecido pelo Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020, prorrogado pelo Decreto nº 48.205, de 15 de junho de 2021;

**CONSIDERANDO** o Decreto Municipal nº 2470, de 28 de outubro de 2021, que *“Dispõe sobre o retorno às atividades escolares regulares nas unidades de ensino da Educação Escolar Básica do Ensino Infantil, Fundamental, EJA, Médio e Técnico da rede pública ou privada do Município de Monte Carmelo/MG, enquanto durar o estado de Calamidade Pública, e dá outras providências.”*

## RESOLVE:

### SEÇÃO I - DA RETOMADA DAS AULAS E ATIVIDADES PRESENCIAIS

**Art. 1º** Esta Resolução dispõe sobre a retomada das atividades escolares regulares, de forma presencial, nas unidades de ensino da rede pública municipal.

#### SUBSEÇÃO I - DA OBRIGATORIEDADE DO RETORNO PRESENCIAL

**Art. 2º** As atividades escolares regulares nas unidades de ensino da rede pública municipal serão realizadas de forma presencial a partir de 03 de novembro de 2021.

**Parágrafo único.** A educação infantil de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos continuará no formato híbrido.

**Art. 3º** O Gestor Escolar deverá informar as famílias sobre a obrigatoriedade do ensino presencial.

**Art. 4º** Os casos excepcionais estão especificados na Seção II.

#### SUBSEÇÃO II - DAS COMPETÊNCIAS

**Art. 5º** Para o desenvolvimento do ensino presencial na rede municipal de ensino de Monte Carmelo, compete:

I - à Secretaria Municipal de Educação:

- criar normativas complementares, prover recursos, orientação e monitoramento do trabalho em nível municipal para que esta resolução seja cumprida na unidade escolar;
- orientar as equipes escolares quanto às diretrizes e normas necessárias ao planejamento da retomada do ensino presencial;
- acompanhar a retomada das atividades presenciais nas escolas municipais, oferecendo-lhes suporte pedagógico e administrativo.

II - ao serviço de Inspeção Escolar/Assessoria Pedagógica:

- além das atribuições previstas na legislação vigente, guiar-se pelas orientações expedidas em documento próprio da Secretaria de Estado de Educação e Secretaria Municipal de Educação para a oferta do ensino presencial, atentando-se para as ações específicas aos estudantes e professores contemplados nas situações excepcionais;
- acompanhar as ações de organização para o retorno das atividades presenciais nas escolas municipais e assinar, em conjunto com o Gestor Escolar, a lista de tarefas (*checklist*), anexo II desta Resolução, certificando-se das informações declaradas, por meio de visita *in loco* e/ou apresentação de documentos comprobatórios;
- verificar o cumprimento das diretrizes, protocolos e recomendações previstos no âmbito da rede municipal de ensino, no que couber, em caso de manifestações pelos canais oficiais de comunicação da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e Secretaria Municipal de Educação.

III - ao Gestor Escolar, além das atribuições ordinárias previstas na legislação vigente:

- guiar-se pelas orientações expedidas pela Secretaria Municipal de Educação para a oferta do ensino presencial e situações excepcionais;
- atentar-se para as ações específicas referentes a estudantes categorizados nas condições excepcionais, bem como para aqueles que iniciarem o ensino presencial;
- atentar-se para as ações específicas referentes a servidores que permanecerem em regime de teletrabalho, de modo integral ou parcial, quando for o caso, bem como para aqueles que iniciarem o trabalho presencial;
- gerenciar e acompanhar o trabalho dos servidores em conformidade com os protocolos de saúde e Deliberações do Comitê Extraordinário COVID-19;
- executar e preencher a lista de tarefas (*checklist*);

IV - ao Supervisor Escolar e ao Professor de Educação Básica, além das atribuições ordinárias previstas na legislação vigente:

- guiar-se pelas orientações expedidas pela Secretaria Municipal de Educação para a oferta do ensino presencial e situações excepcionais;
- atentar-se para as ações específicas referentes a estudantes e professores categorizados nas condições excepcionais, bem como para aqueles que retornarem às atividades presenciais.

V - ao estudante:

- realizar as atividades disponibilizadas por meio do Plano de Estudos Tutorado - PET e outras atividades complementares elaboradas e promovidas pelo professor e entregá-las à escola nos prazos estabelecidos;
- frequentar as aulas presenciais, exceto quando categorizados nas situações excepcionais.

#### SUBSEÇÃO III - DA ORGANIZAÇÃO PARA

## AS ATIVIDADES PRESENCIAIS

**Art. 6º** A retomada integral das atividades escolares presenciais, nos termos do art. 2º, deverá ocorrer em observância às seguintes condições:

I - observar rigorosamente os protocolos de biossegurança e sanitário-epidemiológicos de retorno às atividades escolares presenciais da Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria Municipal de Saúde e das Deliberações do Comitê Extraordinário da COVID-19 vigentes;

II - realizar o monitoramento de risco de propagação da Covid-19, comunicando os casos suspeitos e confirmados;

III - adotar medidas de contingenciamento, quando for o caso.

**Art. 7º** As unidades escolares da rede municipal de ensino observarão a capacidade de lotação das salas de aula e demais espaços escolares, conforme definido no protocolo sanitário vigente.

#### SUBSEÇÃO IV - DOS REGISTROS E CUMPRIMENTO DA CARGA HORÁRIA

**Art. 8º** A realização e devolução dos Planos de Estudos Tutorados e atividades complementares permanece obrigatória para todos os estudantes.

**Art. 9º** Os Planos de Estudos Tutorados e atividades complementares realizados deverão ser entregues à unidade escolar pelo estudante ou responsável legal a cada bimestre, conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal de Educação, observando-se a logística estabelecida pelo Gestor Escolar, respeitadas as especificidades da realidade local, a garantia das condições sanitárias adequadas e observadas as orientações das autoridades de saúde.

**Art. 10** Para o cumprimento dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos para o ano de 2021 serão consideradas:

I - as atividades cumpridas por meio dos Planos de Estudos Tutorados.

II - as atividades cumpridas por meio das atividades complementares elaboradas pelo professor.

Parágrafo único. O registro da carga horária cumprida será feito no Diário Escolar Digital/ DARDANI.

**Art. 11** O Gestor Escolar e o Supervisor Escolar deverão supervisionar e validar o registro das atividades pedagógicas presenciais e não presenciais e da participação efetiva dos estudantes até o encerramento do ano letivo, garantindo a fidedignidade das informações e o cumprimento da carga horária.

**Art. 12** O Serviço de Inspeção Escolar/Assessoria Pedagógica fará o acompanhamento da finalização dos registros de avaliação, frequência e o cumprimento da progressão continuada e progressão parcial, quando for o caso, no Diário Escolar Digital/ DARDANI.

#### SUBSEÇÃO V - DA AVALIAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE RECUPERAÇÃO

**Art. 13** Conforme estabelecido pela Resolução SEE nº 4.468, de 21 de dezembro de 2020, os anos letivos de 2020 e 2021 serão considerados como um ciclo contínuo de aprendizagem para todos os níveis e modalidades da Educação Básica, contemplando os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e a integralização da carga horária prevista para os dois anos.

**Art. 14** Devem ser garantidas aos estudantes todas as estratégias de recuperação previstas na Resolução SEE nº 2.197/2012, no que couber, e a aprendizagem dos conteúdos e habilidades não consolidados pelos estudantes no ano letivo de 2020, por meio de ações de recuperação, intervenção pedagógica e reforço escolar ao longo de 2021.

**Art. 15** A avaliação da aprendizagem dos estudantes deverá assumir um caráter processual, formativo, contínuo, cumulativo e utilizar-se de vários instrumentos, recursos e procedimentos.

**§ 1º** A avaliação deverá ser realizada a partir da realidade de acesso à aprendizagem de cada estudante.

**§ 2º** A escola deverá ofertar as oportunidades de aprendizagem, consistentes em:

I - estudos contínuos de recuperação, ao longo do processo de ensino aprendizagem;

II - estudos periódicos de recuperação, aplicados imediatamente após o encerramento de cada bimestre;

III - estudos independentes de recuperação.

**Art. 16** O conselho de classe, instância colegiada responsável por favorecer a integração entre professores, a análise das



metodologias utilizadas, a relação dos diversos pontos de vistas e as intervenções necessárias nos processos de ensino e de aprendizagem, adotará, em sua avaliação, medidas que minimizem a evasão e a retenção escolar neste ano de 2021.

**§ 1º** O Conselho de Classe deverá ser realizado para cada turma, observando-se as recomendações sanitárias expedidas pela Secretaria de Estado de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde.

**§ 2º** O Conselho de Classe deverá conter representantes de estudantes e pais de cada turma.

**§ 3º** Os resultados finais dos estudantes serão registrados em atas pelo Conselho de Classe e lançados no Diário Escolar Digital/DARDANI.

**§ 4º** A Direção da Escola deverá atentar para o cumprimento do disposto no art. 11 da Resolução SEE nº 4.494/2021, que estabelece para a rede Pública Estadual/Municipal de Educação Básica, os procedimentos de ensino, diretrizes administrativas e pedagógicas do Calendário Escolar do ano de 2021.

## SEÇÃO II - DAS EXCEPCIONALIDADES

**Art. 17** A frequência nas atividades escolares presenciais do estudante comprovadamente pertencente ao grupo de risco para a COVID-19, não será obrigatória, e a carga horária obrigatória será computada por meio dos Planos de Estudos Tutorados.

**Art. 18** Outros casos de atendimentos não presenciais poderão ser autorizados pela Secretaria Municipal de Educação, mediante justificativa.

**Parágrafo único.** No Centro Educacional Municipal de Ensino Infantil – EMEI José Gonçalves de Souza, haverá o revezamento dos alunos, a ser organizado pela gestora escolar, de forma a não acarretar nenhum prejuízo educacional aos alunos.

## SEÇÃO III - DA ORGANIZAÇÃO DO REGIME DE TRABALHO

**Art. 19** A jornada de trabalho para os servidores em exercício nas unidades de ensino, nos termos da legislação vigente, será cumprida em regime presencial.

**Parágrafo único.** A Secretaria Municipal de Educação, observando as situações excepcionais em que há a possibilidade do cumprimento da jornada de trabalho em regime de teletrabalho, seguirá as orientações complementares da SEE/MG, observados os protocolos de biossegurança definidos pela Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde e legislações vigentes.

**Art. 20** Os procedimentos para a regularização da jornada de trabalho e da apuração da frequência dos servidores em exercício nas unidades de ensino, nos termos da legislação vigente, observará o registro obrigatório e comum em livro de ponto pelo servidor, com assinatura, no horário de entrada e saída.

**Art. 21** Os servidores que cumprirem o regime de teletrabalho, em decorrência das situações excepcionais dispostas na forma de orientações complementares da SEE/MG e Secretaria Municipal de Educação, para fins de regularização da jornada de trabalho e da apuração da frequência, deverão preencher, mensalmente, "Relatório de Atividades", conforme modelo disponível no Anexo I desta Resolução;

**§ 1º** Para o servidor em exercício na Unidade Escolar, o Gestor Escolar deverá designar atividades, acompanhar a execução dessas atividades, conforme atribuições previstas na legislação vigente, e validar, mensalmente, o "Relatório de Atividades".

**§ 2º** Para o Gestor Escolar, a Secretária Municipal de Educação deverá designar atividades, acompanhar a execução dessas atividades, conforme atribuições previstas na legislação vigente, e validar, em conjunto com a Assessoria Pedagógica/Inspeção Escolar, o "Relatório de Atividades", que deverá ser elaborado por cada Gestor Escolar.

**Art. 22** O servidor que desempenhar suas atividades em regime de teletrabalho, de modo integral ou parcial, quando for o caso, deverá:

- I - cumprir diretamente as atividades acordadas com o Gestor Escolar, vedada a sua realização por terceiros, servidores ou não;
- II - consultar regularmente os meios de comunicação disponíveis, conforme periodicidade pactuada com o Gestor Escolar;
- III - atender, durante a jornada de trabalho e pelos meios de comunicação disponíveis, às solicitações do Gestor Escolar para prestar esclarecimentos sobre as atividades desempenhadas e o cumprimento das demandas estabelecidas;
- IV - elaborar, mensalmente, "Relatório de Atividades", conforme modelo disponível no Anexo I desta Resolução, no qual serão especificadas as entregas realizadas durante o mês.

**Art. 23** Diante do contexto excepcional e das especificidades do Sistema Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Educação,

os formulários já elaborados e preenchidos a partir do Anexo IV - Plano de Trabalho Individual e Anexo V - Relatório de Atividades da Resolução SEE nº 4.310, de 17 de abril de 2020 e Resolução nº 03 de abril de 2021, até o mês de fevereiro de 2021, deverão ser assinados pelo Gestor Escolar e servidor, para fins de validação e controle, sem prejuízo da frequência do período, devendo o servidor, obrigatoriamente, proceder à entrega desses documentos na unidade escolar, quando do seu retorno presencial.

**Art. 24** Diante do contexto excepcional e das especificidades do Sistema Estadual de Educação, o formulário contido no Anexo IV - Relatório de Atividades da Resolução SEE nº 4.506, de 25 de fevereiro de 2021 e Resolução nº 03 de 19 de abril de 2021, até o mês de outubro de 2021, deverá ser assinado pelo Gestor Escolar e servidor, para fins de validação e controle, sem prejuízo da frequência do período, devendo o servidor, obrigatoriamente, proceder com a entrega desses documentos na unidade escolar, quando do seu retorno presencial.

**Art. 25** Diante do contexto excepcional e das especificidades do Sistema Estadual de Educação/ Secretaria Municipal de Educação, o formulário contido no Anexo I desta Resolução deverá ser assinado pelo Gestor Escolar e servidor, para fins de validação e controle, sem prejuízo da frequência do período, devendo o servidor, obrigatoriamente, proceder à entrega desses documentos na unidade escolar, quando do seu retorno presencial.

**Art. 26** As atividades realizadas pelos servidores da unidade escolar, no âmbito do regime de teletrabalho, de modo integral ou parcial, quando for o caso, deverão ser executadas, preferencialmente, no seu horário regular de trabalho da unidade escolar.

**Art. 27** As condutas dos servidores, no regime de teletrabalho, de modo integral ou parcial, quando for o caso, devem observar o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 08, de 09 de dezembro 2005, especialmente quanto aos deveres constantes no art. 178.

**§ 1º** É direito e garantia do servidor a liberdade de manifestação, observado o respeito à imagem da instituição e dos demais agentes públicos.

**§ 2º** É vedado ao agente público deixar de utilizar conhecimentos, avanços técnicos e científicos ao seu alcance no desenvolvimento de suas atividades.

**Art. 28** A definição do regime de trabalho para cumprimento da jornada do servidor lotado e em exercício em unidade escolar deverá atender a necessidade da unidade de ensino, quando for o caso, e a conveniência pedagógica, observada a legislação vigente e orientações da SEE/MG e Secretaria Municipal de Educação.

## SEÇÃO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 29** Os procedimentos a serem adotados, tanto pelo servidor como pela chefia imediata, caso o servidor ou o estudante apresente quaisquer sintomas ou sinais característicos da doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus (COVID-19) ou seja diagnosticado com COVID-19, deverão seguir os protocolos de biossegurança definidos pela Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde e legislações vigentes.

**Art. 30** A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações complementares para o cumprimento do disposto nesta Resolução, a qualquer tempo.

**Art. 31** As situações não previstas nesta Resolução deverão ser analisadas pela Secretária Municipal de Educação e encaminhadas à consideração das unidades de ensino.

**Art. 32** Será responsabilizada administrativamente a autoridade que descumprir as normas previstas nesta Resolução.

**Art. 33** Revogam-se a Resolução SME nº 03, de 19 de abril de 2021 e a Resolução SME nº 05, de 17 de agosto de 2021.

**Art. 34** Integram esta Resolução:  
I - Anexo I - Relatório de Atividades;  
II - Anexo II - Checklist.

**Art. 35** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 28 de outubro de 2021.

**SIMONE SOUZA RESENDE MUNDIM**  
Secretária Municipal de Educação

**ANEXO I – RELATÓRIO DE ATIVIDADES**







	atividades, a lavarem as mãos (dedos, unhas, punho, palma e dorso) com água e sabonete líquido e utilizar toalhas de papel para secá-las.		
3.2	Orientar os professores quanto aos protocolos e disponibilizar material informativo e EPIs para todos	É imprescindível disponibilizar máscaras descartáveis para utilização em casos de ausência de posse de máscaras pessoais, além de demais itens, de acordo com o tipo de atividade executada (botas impermeáveis de cano longo, luvas de borracha, gorros, capote/avental, protetor ocular, etc.). O uso de máscaras individuais é obrigatório e a recomendação de troca sempre que estiverem sujas ou úmidas.	
3.3	Orientar as ASGs quanto aos protocolos e disponibilizar material informativo e EPIs (máscaras, botas impermeáveis de cano longo e luvas de borracha, gorros, capote/avental, protetor ocular, etc.) para todos.		
3.4	Orientar as secretárias escolares quanto aos protocolos e disponibilizar material informativo e EPIs para todos.		
3.5	Orientar os supervisores escolares quanto aos protocolos e disponibilizar material informativo e EPIs para todos.		
3.6	Orientar na unidade escolar que disponibilizar uniforme, que esses devem ser usados somente no local de trabalho. Nesse caso, após o uso, os funcionários devem	Ao funcionário é recomendado dispor de vestimenta para o deslocamento casa/trabalho, de forma que ele não retorne para sua casa com o uniforme.	
	guardar a vestimenta em um saco plástico, para posterior higienização.		

#### 4-AQUISIÇÕES

ADQUIRIU	SAIBA MAIS	AS ATIVIDADES FORAM REALIZADAS? SIM/NÃO.
4.1	Álcool em Gel 70%.	
4.2	Álcool líquido a 70% ou outro desinfetante de uso geral, desde que seja regularizado junto à ANVISA.	
4.3	Dispenser de álcool, sabonete líquido e papel toalha.	
4.4	Lixeira com tampa acionada por pedal.	
4.5	Papel toalha para secar as mãos.	
4.6	Sabonete líquido.	
4.7	Materiais para higienização do ambiente escolar.	
4.8	EPIs de acordo com o tipo de atividade executada pelo servidor.	
4.9	Máscaras descartáveis (ou reutilizáveis, se já adquiridas).	

#### 5- PROTOCOLO DE HIGIENIZAÇÃO

ATIVIDADE	SAIBA MAIS	AS ATIVIDADES FORAM REALIZADAS? SIM / NÃO.
5.1	Organizar um cronograma de limpeza dos espaços físicos, devendo ela ser realizada a cada mudança de turno.	
5.2	Definir escala de higienização dos banheiros, lavatórios e vestiários.	As higienizações deverão ocorrer: antes da abertura, entre os turnos, após o fechamento da escola e, no mínimo, a cada três horas no decorrer do período de aula.
5.3	Orientar os auxiliares de serviços gerais a realizar a higienização frequente	Pode-se utilizar produtos à base de cloro, como o hipoclorito de sódio a 1%, álcool líquido a 70%
	das maçanetas, torneiras, corrimãos, mesas, cadeiras, teclados, computadores, copiadoras, telefones e todas as superfícies metálicas.	ou outro desinfetante de uso geral, desde que seja regularizado junto à ANVISA.
5.4	Definir estratégias para evitar o uso de ventilador e ar condicionado.	Caso o ar condicionado seja a única opção de ventilação, instalar e manter filtros e dutos limpos, além de realizar a manutenção e limpeza semanal por meio da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo.

5.5	Esvaziar as lixeiras nas salas de aula, nos banheiros e demais espaços, antes de estarem completamente cheias.	Caso sejam utilizados, devem ser higienizados entre cada utilização com álcool isopropílico.	
5.6	Realizar a higienização frequente de todos os objetos que tenham contato com os alunos e colaboradores, conforme recomendações do fabricante. Priorizar a limpeza de tais maçanetas, torneiras, corrimãos, mesas, cadeiras, teclados, computadores, botões de elevadores, telefones e todas as superfícies de alta frequência de toque.		

#### 6 - ESPAÇOS COLETIVOS

	ATIVIDADE	SAIBA MAIS	AS ATIVIDADES FORAM REALIZADAS SIM/NÃO?
6.1	Planejar o fluxo de entrada e saída dos estudantes, professores e demais profissionais e, se possível, estabelecer entradas separadas para estudantes e profissionais.	A educação contínua da higienização correta das mãos, uso de máscaras e higiene respiratória deve ser promovida. Sugerimos que os cartazes conttenham: o uso de máscara é obrigatório; evite aglomerações; dentre outras orientações constantes no protocolo sanitário.	
6.2	Afixar informativos / ilustrativos sobre as medidas preventivas de		
	contágio da COVID-19 e higienização das mãos nas áreas de circulação da unidade escolar.		
6.3	Distribuir informativos indicando o fluxo de pessoas, locais de dispensa dores de álcool 70% distanciamento, uso correto das máscaras e das lixeiras.		
6.4	Disponibilizar dispensadores de álcool em gel a 70% na entrada e nos corredores para higienização das mãos dos estudantes ao chegarem à escola.		
6.5	Interditar os bebedouros que exijam a aproximação da boca, deixando em funcionamento apenas aqueles para encher copos e garrafas de uso individual.		
6.6	Orientar o estudante a levar seu copo ou garrafa de casa.		
6.7	Certificar a ventilação adequada dos espaços, mantendo portas e janelas abertas.		

#### 7 - SALAS DE AULA E SALA DOS PROFESSORES

ATIVIDADE		SAIBA MAIS	AS ATIVIDADES FORAM REALIZADAS? SIM/NÃO
7.1	Verificar se as salas são ventiladas.	Os ambientes devem ser ventilados e arejados, com as portas e janelas abertas sempre; caso tenham travas nas janelas, certificar-se de que estas não sejam utilizadas, a fim de mantê-las sempre abertas, para que o ambiente permaneça ventilado.	
7.2	Colocar os dispensadores com álcool em gel a 70% em locais de fácil acesso à equipe e aos estudantes para que façam uso sempre necessário.		
7.3	Divulgar orientações para que os estudantes não mudem de sala,		
	alternando-se apenas para o professor.		

#### 8 - SANITÁRIOS

ATIVIDADE		SAIBA MAIS	AS ATIVIDADES FORAM REALIZADAS SIM/NÃO?
8.1	Disponibilizar dispensador de sabonete líquido nos lavatórios/pias.		
8.2	Disponibilizar papel toalha.		
8.3	Providenciar lixeiras com abertura sem contato manual (lixeira de pedal).		
8.4	Orientar os estudantes sobre o procedimento correto da lavagem das mãos, a fim de evitar que contaminem as mãos no momento de fechamento da torneira.	A aglomeração nos espaços sanitários deve ser evitada, mantendo-se o distanciamento recomendado entre os estudantes. No caso de torneiras abre e fecha, deverão ser lavadas antes da higienização das mãos.	
8.5	Orientar os estudantes a evitar a utilizar o banheiro em grupos.		
8.6	Retirar as toalhas de tecido para secar as mãos.		



## EXPEDIENTE

### DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: [www.montecarmelo.mg.gov.br](http://www.montecarmelo.mg.gov.br)

8.7	Definir um servidor para auxiliar os estudantes que não conseguem higienizar suas próprias mãos.		
<b>9 - REFEITÓRIOS</b>			
	<b>ATIVIDADE</b>	<b>SAIBA MAIS</b>	<b>AS ATIVIDADES FORAM REALIZADAS? SIM/NÃO</b>
9.1	Planejar a oferta correta de refeições, adotando as orientações para a Execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante a pandemia da Covid-19, desenvolvido pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE).		
9.2	Orientar a equipe a realizar a limpeza dos pratos e talheres com água e sabão, e posteriormente desinfetar com álcool a 70%.		
9.3	Realizar a higienização da bancada de distribuição com água e detergente e saneante à base de cloro antes de receber os alimentos e após consumo. Além disso, é obrigatória a adoção de boas práticas na manipulação e preparo dos alimentos.		
9.4	Orientar a utilização de toucas pelos funcionários, além das máscaras, para atividades que envolvam a preparação e entrega de alimentos.	A atenção e o cuidado no cumprimento das boas práticas de manipulação de alimentos devem ser intensificados, de acordo com a legislação em vigor (RDC ANVISA nº 216/2004), incluindo higienização das mãos e antebraços com água, sabonete líquido inodoro e agente antisséptico após a secagem das mãos em papel toalha.	
9.5	Impedir a entrada de pessoas externas, como entregadores, no local de manipulação dos alimentos. Realizar as refeições, preferencialmente, em ambientes abertos (como pátios e quadras), em vez de utilizar o refeitório ou, quando não possível, escalonar o uso do refeitório.		
9.6	Higienizar o espaço quando o início das atividades e após cada uso. Ampliar o período de funcionamento desses serviços e distribuir os usuários em horários escalonados de refeição		
	distintos para evitar aglomerações; limitar o tempo de permanência no local, sendo exclusivo para alimentação; proibir o uso de celulares no refeitório.		
9.7	O serviço de <i>buffet</i> e o manuseio da refeição será feito por um funcionário, utilizando os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários (gorros ou touca e máscara).		
Eu, Gestor(a) da Escola Municipal _____, declaro que todas as informações prestadas são verdadeiras. Tenho ciência da necessidade de monitorar os servidores e estudantes que manifestarem sintomas da COVID-19 em formulário próprio, disponibilizado para este fim.			
ASSINATURA DO GESTOR ESCOLAR:		ASSINATURA DO ASSESSOR PEDAGÓGICO E INSPETOR ESCOLAR:	